



L'ESPRIT DU TEMPS E O SURGIMENTO DA UNIVERSIDADE NO BRASIL

Denise Leite e Wrana Maria Panizzi

RESUMO – L' esprit du temps e o surgimento da Universidade no Brasil. O artigo trata da possibilidade de uma relação entre o Movimento Modernista e o surgimento das universidades no Brasil, nos anos de 1930, em decorrência de um espírito de inovação que se autoconstruiu a partir da Semana de Arte Moderna de 22. O enfrentamento das velhas estruturas nas artes canalizou transformações também nas áreas política, social e educacional do País. Com base no exame do Pré-Modernismo e do Modernismo o artigo argumenta que a Universidade Brasileira nasce *antropofágica*, vivendo a dialética da construção-desconstrução de valores e percepções que lhe deram identidade e forma. Defende a idéia de uma universidade que, se auto-reformando, para falar com o mundo, atinge as mais inovadoras fronteiras do conhecimento universal, sem perder o enraizamento da cultura do País, mantendo suas especificidades e a qualidade de suas diferenças.

Palavras-chave: *modernismo, universidade, inovação, cultura.*

ABSTRACT – L' esprit du temps and the emergence of the University in Brazil. This article discusses the possibility of a relation between the Modernist Movement and the emergence of universities in Brazil in the 1930s due to a self-constructed spirit of innovation derived from the Week of 22. Challenging old structures in art also brought about transformations in Brazilian politics, society, and education. Founded on the study of Pre-Modernism and Modernism, the article argues that the Brazilian University was *anthropophagic* at birth, experiencing the dialectics of construction-deconstruction of values and perceptions, which provided the university its identity and shape. The article supports the idea of a university that, through self-reform, will achieve the most innovative frontiers of universal knowledge, without forgetting its local cultural foundation, and keeping its specificities and the quality of its differences.

Keywords: *modernism, university, innovation, culture.*

“Tupy or not tupy that is the question!”
“Contra todos os importadores da consciência enlatada”
Manifesto Antropofágico (1928).

Este texto resulta de uma discussão sobre o surgimento da universidade no Brasil como decorrência de um *esprit de temps*, que teria favorecido a emergência de inovações na última década da República Velha. É um texto especulativo que não tem pretensão de colocar “verdades” na cena histórica. Ao realizar esta reflexão, contamos com interlocutores privilegiados¹, aos quais somos gratas. Temos consciência de que não estamos lançando idéias ou transpondo obstáculos epistemológicos para criar fatos, como Bachellard expõe. Estamos tão-somente, usando uma racionalidade analítica para levantar possibilidades. A possibilidade não faz ciência, não tem caráter normativo, mas, ela pode predispor a uma produção de conhecimento. Assim, a argumentação que tecemos em torno das idéias que podem ter dinamizado o advento da universidade no Brasil, deve ser entendida apenas como um esforço de racionalidade que oscila entre o perigo e o êxito.

Destacados pesquisadores, como Cunha (1980) e Oliven (1990), descrevem os condicionantes históricos e sociais que marcaram o surgimento das universidades – dentre eles, a emergência de novas classes sociais. Reconhecemos seus estudos e partimos, neste artigo, da especulação sobre a possibilidade de uma relação entre o Movimento Modernista e o surgimento das grandes universidades, em decorrência de um espírito de inovação que se autoconstruiu a partir da Semana de 22, quando a procura do novo e o rompimento com as velhas estruturas do passado canalizaram energias para as transformações que se seguiram nos planos político, social e educacional. Nessa cena cultural, traçamos algumas aproximações entre o Movimento Modernista, década de 20, e o surgimento da Universidade no Brasil, que ocorre no entorno dos anos 30. Com essa intenção, examinamos o Pré-Modernismo no Brasil, o surgimento do Modernismo propriamente dito e o advento das grandes universidades brasileiras. Argumentamos que a universidade brasileira nasce *antropofágica*, vivendo a dialética da construção-desconstrução de valores e concepções, equilibrando-se entre pressões internas e externas a ela, que lhe deram identidade e forma. Defendemos a idéia de que uma universidade que nasce antropofágica, pública e gratuita deve continuar, nos dias de hoje, auto-reformando-se para falar com o mundo e atingir as mais inovadoras fronteiras do conhecimento universal, sem perder suas raízes na cultura do País, mantendo suas especificidades e cultivando a qualidade de suas diferenças.

Situando os primeiros tempos

A dialética entre a desconstrução do passado e a construção do futuro é tida como uma marca distintiva do Movimento Modernista em suas diferentes manifestações. No Brasil, como havia acontecido na Europa, após a I Guerra Mundial (1914-1918), as linguagens artísticas e expressivas também acentuaram as rupturas com o passado. As idéias de vanguarda, manifestadas nas artes plásticas, na poesia, na literatura, na música, romperam com os cânones, padrões e valores do pré-guerra, apresentando novas tendências em todas as manifestações da expressão humana. Lembramos que a arte moderna não se reduzia a um estilo; ela compreendia vários movimentos, dentre os quais estão o surrealismo francês, o futurismo italiano, o cubismo, fauvismo, dadaísmo e expressionismo. O período referido ficou conhecido, na Europa, como *Art Nouveau*. Cem anos após a independência, o Brasil, seguindo o cenário do mundo desenvolvido, realizou a Semana de Arte Moderna (1922), à qual corresponde, no dizer de Ribeiro, o “momento da virada das artes brasileiras”. Esse foi um momento crucial em que a rebeldia artística criou um clima propício ao surgimento de inovações: foi “(...) o momento da virada das artes brasileiras, do academicismo ao modernismo, tanto pelo que representa em si, como também por coincidir ou antecipar-se ao surgimento de várias obras inovadoras (...)” (Ribeiro, 1986).

Convém contextualizar historicamente o Movimento Modernista, para entender seus antecedentes que radicam em uma primeira fase de mudanças, percebida como Pré-modernista. Em um rápido traçado, encontramos nas duas primeiras décadas do século 20, um Brasil que cresce e se urbaniza. À época, levas de imigrantes passam a substituir o trabalho escravo, vindo a forjar a nova nacionalidade das classes médias urbanas. Nas zonas rurais, mas também nas urbanas, explodiam levantes e rebeliões, dos quais os movimentos anarquista e tenentista² deram um conhecido testemunho. Foi uma fase movimentada da história da República Velha (1889-1930).

Nesse contexto, através de movimentos sociais e políticos que reproduziam insatisfações e descontentamentos das novas, e das antigas, classes sociais, gestou-se uma Nova República. Guardadas as devidas proporções, os movimentos contestadores não foram tão violentos quanto aqueles que ocorriam na Europa, na mesma época, como por exemplo a I Grande Guerra Mundial e o levante comunista na ex-União Soviética. Nesse clima, afetado pelo local e internacional, as indústrias começaram a dar seus primeiros passos. Um novo capitalismo, o industrial, sob o impulso do setor manufatureiro, substituiu o agrário-rural até então vigente, apoiado no setor da monocultura do café e do açúcar. O Brasil tinha então, mais de 17 milhões de habitantes, dos quais, 1.100.000 eram imigrantes – portugueses, espanhóis, italianos e alemães. Eram analfabetos cerca de 60% dos naturais da terra e, também, alguns imigrantes. Dez anos depois,

em 1910, o País já tinha 23 milhões de habitantes e, em 1920, mais de 30 milhões, sendo 2 milhões de imigrantes europeus. Nos anos 20, o positivismo republicano cedia espaço às idéias liberais no panorama político, enquanto no social, a consolidação do capitalismo representava a ascensão da burguesia industrial e mercantil, o surgimento do proletariado industrial e o crescimento das classes médias em processo de urbanização (Cunha, 1980; Ribeiro, 1986; Leite et alii, 1997, p. 57).

Nas primeiras décadas do século, em um contexto de analfabetismo, insuficiente número de escolas e ausência de universidades, o setor das artes liderou um movimento de re-descobrimto do País, com a busca de novas formas de expressão na literatura, na pintura, na música, na poesia e na caricatura. Parece que se procurava decifrar o Brasil ainda pouco conhecido de então. Gerou polêmica em 1917, o fato de Anita Malfatti expor, em São Paulo, uma pintura de inspiração cubista e expressionista, diametralmente oposta, portanto, aos motivos dos trabalhos academicistas até então dominantes.

O País vivia todo um período também polêmico, de inquietação política e social. Nesse espaço, instalou-se o chamado movimento pré-modernista³, o qual pode se caracterizar pela contradição entre as díades do imobilismo-conservação e mudança-modernização. Segundo Gonzaga (1991), o pré-modernismo se situa temporalmente, entre a I Guerra Mundial (1914), quando o termo *futurismo* passa a ser associado às artes, e a *Semana de Arte Moderna*, que ocorreu em 1922. Esta caracteriza, nas artes, o ponto de inflexão que irá mostrar seus efeitos em um profundo movimento de mudança, com contestação e tentativas de recuperação do atraso colonial percebido como imputado à sociedade brasileira⁴.

Movimento modernista no Brasil

Segundo Mário de Andrade – autor da obra *Macunaíma* –, um de seus principais intelectuais, o Movimento Modernista no Brasil foi o criador de um “estado de espírito brasileiro”. Considerando que os movimentos de idéias sempre precedem os movimentos sociais (Andrade, 1942), pode-se inferir que o movimento Modernista foi um precursor da renovação de idéias na sociedade, tendo influído nas reformas que ocorreram nos Estados onde as questões econômico-sociais e o desenvolvimento urbano-industrial estavam mais avançados. Argumentamos que se situam nesse contexto e dentro de um certo estado de espírito as reformas da educação e o surgimento das universidades no Brasil.

O Movimento Modernista no Brasil se iniciou, pois, com a Semana de Arte Moderna, realizada em São Paulo em fevereiro de 1922. Sob o patrocínio do *Correio Paulistano*, a Semana apresentava um programa que incluía conferências, concertos, exposições, leituras e debates. Dentre estes, figuravam: a) *Conferências* – Graça Aranha, Ronald de Carvalho e Menotti del Pichia; b) *Concer-*

tos – Heitor Villa Lobos, Hernani Braga e Guiomar Novaes; c) *Exposição de Artes Plásticas* – Anita Malfatti, Di Cavalcanti, Rego Monteiro, Victor Brecheret; d) *Leituras e debates* de poemas, textos e livros diversos. A *Semana* teve continuidade através das idéias de seus mentores intelectuais, publicadas em *Klaxon*, revista mensal de arte moderna que surgiu em 15 de maio de 1922 e, mais tarde, na *Revista de Antropofagia*, que nasceu em 1928 (1ª Dentição) e publicou-se até 1929 (2ª. Dentição).

Figura 1



Capa Catálogo Exposição –
Semana de Arte Moderna, 1922,
original de Di Cavalcanti

Segundo Ribeiro, o movimento

“é uma ruptura com o servilismo aos modos lusitanos de expressão e uma incitação ousada à experimentação de formas brasileiras de linguagem fundada nas falas regionais e populares. É, também um esforço deliberado e lúcido de busca de inspiração, tanto nas tradições indígenas e negras como na realidade circundante, para a criação de uma arte genuinamente nacional. Com a Semana, São Paulo do café e das indústrias dá uma pá de cal no lusitanismo dos Coelho Neto, no francesismo dos Alphonsus de Guimarães, no classicismo dos Olavo Bilac e na gramatiquice dos Rui Barbosa.” (1986, citação 464D).

O trabalho de artistas como Brecheret, Tarsila do Amaral, Lasar Segall, Anita Malfatti, Villa Lobos e de arquitetos-construtores, como Moya e Warshavichik, criaram uma imagem de inovação associada à de rebeldia. Conta-se, como curiosidade, que Heitor Villa Lobos se apresentou na Semana, com casaca e chinelas, provocando vaias e aplausos do público que fora escutá-lo. Na verdade, o artista estaria com os pés inchados devido a problemas de saúde, mas passou para a posteridade uma imagem que foi tomada como gesto de rebeldia. Posteriormente, o compositor, hoje internacionalmente reconhecido, viajou a Paris, e talvez com uma boa dose de ufanismo, ou ingenuidade, lá declarou que não havia viajado para estudar ou escutar música, mas para mostrar seu trabalho aos europeus. Villa Lobos, com essa postura, marcou indelevelmente o espírito de “rejeição à consciência enlatada”, o espírito do “*tupy or not tupy*”.



Figura 2

Capa Klaxon, Mensário de Arte Moderna,
São Paulo, Número 1, 15 de maio de 1922.

Nas palavras do próprio Mário de Andrade, o Movimento Modernista assim se caracteriza:

Manifestado especialmente pela arte, mas manchando também com violência os costumes sociais e políticos, o movimento modernista foi o renunciador, o preparador e por muitas partes o criador de um estado de espírito nacional. A transformação do mundo com o enfraquecimento gradativo dos grandes impérios, com a prática européia de novos ideais políticos, a rapidez dos transportes e mil e uma outras causas internacionais, bem como o desenvolvimento da consciência americana e brasileira, os progressos internos da técnica e da educação, impunham a criação de um espírito novo e exigiam a reavaliação e mesmo a remodelação da Inteligência nacional. Isto foi o movimento modernista, de que a Semana de Arte Moderna ficou sendo o brado coletivo principal (Andrade, 1942, p. 231).

E ainda:

O movimento de Inteligência que representamos, na sua fase verdadeiramente 'modernista', não foi o fator das mudanças político-sociais posteriores a ele no Brasil. Foi essencialmente um preparador; o criador de um estado-de-espírito revolucionário e de um sentimento de arrebatamento. (...) Os movimentos espirituais precedem sempre as mudanças de ordem social (idem, p. 242).

Como se observa, nas palavras de Mário de Andrade, o movimento extrapolou suas fronteiras, criou um certo estado de espírito, incomodou a inteligência, os intelectuais brasileiros, criando uma certa convulsão que bem poderia ter-se desdobrado em uma preparação para o advento das grandes universidades. Confirmando o espírito novo, a consciência coletiva, dizia Mário sobre o Movimento Modernista:

Embora se integrassem nele figuras e grupos preocupados de construir, o espírito modernista que avassalou o Brasil, que deu o sentido histórico da Inteligência nacional desse período, foi destruidor. Mas esta destruição, não apenas continha todos os germes da atualidade, como era uma convulsão profundíssima da realidade brasileira. O que caracteriza esta realidade que o movimento modernista impôs é, a meu ver, a fusão de três princípios fundamentais: o direito permanente à pesquisa estética, a atualização da inteligência artística brasileira, e a estabilização de uma consciência criadora nacional. Nada disso representa exatamente uma inovação e de tudo encontramos exemplos na história artística do país. A novidade fundamental, imposta pelo movimento foi a conjugação dessas três normas num todo orgânico da consciência coletiva (ibidem, p. 242).

Em síntese, a Semana de Arte Moderna, entre críticas, vaias e aplausos (conforme crônicas da época), confirmou a necessidade de uma consciência

nacional que se voltasse para o que era brasileiro, para suas raízes. Ao mesmo tempo, ampliou as possibilidades de criação artística, estética, e o interesse pela pesquisa do novo, acabando com o imobilismo e o conservadorismo da sociedade recém saída dos véus coloniais. A mensagem de rompimento com o passado e a procura do futuro do Brasil tiveram repercussões nas décadas seguintes, em todos os campos artísticos, culturais e educacionais, caracterizando a real existência, entre nós, de um movimento modernista, para além das artes. Para Cattani (2000), este foi um movimento artístico específico do Brasil. Difere do movimento modernista europeu que se centrou em um estilo – o *Art Nouveau*. Os modernistas brasileiros, enquanto se internacionalizaram na busca do novo, procuraram o que era específico da cultura brasileira: suas raízes, a valorização do popular, da arte indígena e da origem africana.

Movimento Modernista e o advento da universidade no Brasil

Pode-se dizer que a década de 20 fermentou as sementes que germinariam as mudanças históricas que ocorreram em 1930. As elites do País voltaram-se para a realidade nacional. Um dos fatos mais significativos e importantes, que contribuiu para isto, foi a realização da Semana de Arte Moderna. Mas, o período se caracterizou, no campo da educação, pelas Reformas Educacionais nos principais Estados brasileiros. Historiadores afirmam que a reforma de 1928, ocorrida no Distrito Federal (Decreto 3281, de 23/01/1928), teria sido a responsável pela nova educação nacional, em que os princípios da “educação universal” de John Dewey foram introduzidos. Esses princípios apontavam para o uso da experiência, da vida, nas questões educacionais, resgatando conceitos de democracia plena. Destacou-se o papel dos intelectuais educadores – Anísio Teixeira e Lourenço Filho, que trouxeram a Pedagogia da Escola Nova. O período, pois, era de revolução nas artes, mas também na educação e, com certeza, no sistema político.

Nesse ínterim, a crise mundial de 30 atingiu o País. A crise do café, principal produto da exportação, derrubou a economia brasileira; as falências se sucederam, os recursos financeiros desapareceram e a sociedade entrou rapidamente em um processo de desagregação social e política. Em meio à agitação geral, o presidente Washington Luís foi deposto e uma aliança liberal, tendo Getúlio Vargas como líder, instaurou um novo período de governo, que passou à história com o nome de Nova República. Na liderança das questões educacionais, como Ministro dos Negócios da Educação e Saúde Pública, afirmou-se Francisco Campos. Esse Ministro reformou o Ensino Superior implantando, através do Decreto 19851, de 11/4/1931, o “Estatuto das Universidades Brasileiras”. A Reforma Campos, como ficou conhecida, propôs que a iniciativa de fundar universidades poderia partir dos Estados e do Governo Central (oficiais) e de particu-

lares (livres). Até então, a não ser as “universidades passageiras”⁵ (Cunha, 1980), oficialmente, não havíamos tido universidades no País, ou autorização governamental para criá-las e reconhecê-las como tal.

Tínhamos ensino superior e instituições com formato e concepção universitária⁶, mas não sua oficialização. A idéia de Universidade, como se sabe, aparecera, repetidas vezes, no Brasil colonial, porém não houvera a criação da instituição, tal como acontecera na América Espanhola. O Ensino Superior no Brasil surgiu apenas quando a Corte portuguesa necessitou refugiar-se no País em 1808, ao fugir de Napoleão que ameaçava invadir Portugal. Criaram-se inicialmente duas escolas de Medicina; Cursos Jurídicos e um Curso de Minas e Mineralogia. As Engenharias teriam iniciado ainda no século 18, fruto das necessidades militares. Contudo, estima-se que no Brasil monárquico, 42 projetos de Universidade teriam sido apresentados ao governo e ao parlamento, dentre eles o projeto de José Bonifácio de Andrada e Silva e o de Rui Barbosa (1882). Todos foram recusados. O próprio Imperador D. Pedro II, pessoa culta, com dotes intelectuais, apenas ao final de seu governo parece haver concordado com a implantação de uma universidade no sul e outra no norte do País. Contudo, não houve a concretização de tal idéia. Conta-se, por exemplo, que em 1882, por ocasião da realização do Congresso de Educação – presidido pelo Conde D’Eu, marido da Princesa Izabel, com apoio do Imperador D. Pedro II, pai de Izabel – o Conselheiro do Reino, Almeida Oliveira repudiou a idéia de universidade, apoiando sua argumentação no ostracismo da instituição medieval. Teria ele dito: “A universidade é uma coisa obsoleta e o Brasil, como país novo, não pode querer voltar atrás para constituir a universidade; deve manter suas escolas especiais, porque o ensino tem de entrar em fase de especialização profunda; a velha universidade não pode ser restabelecida” (Teixeira, 1989, p. 83). Como mostra Anísio Teixeira (1989), a universidade antiga, medieval, atrasada, não interessava ao País. Interessava, isso sim, a universidade moderna, com princípios assentes na investigação modelo lançado por Humboldt no início do século 19 (1810) na Universidade de Berlim.

Vale lembrar que as nações ibéricas foram um dos maiores sustentáculos da fé católica, e no seu projeto colonial estava incluída, além da *empresa de exploração comercial*, a *empresa da fé*. Enquanto na América espanhola a primeira universidade tenha surgido em 1538, em Santo Domingo⁷, na América portuguesa não foram fundadas universidades, e a educação seguiu o regime jesuíta de ensino religioso. No Brasil, de acordo com esta orientação, chegaram a ser criados 11 importantes colégios, entre os séculos 16, 17 e 18, onde o ensino era ministrado em latim, segundo os preceitos da Igreja. A colonização não deixou de ser um projeto de exclusão, também nesse campo. Ainda que os jesuítas tenham sido os fundadores dos únicos colégios que tivemos no período, a educação era privilégio das elites luso-católicas. Foram as reformas pombalinas que mudaram este estado de coisas. Ao retiraram-se do Brasil, por imposição do

Marquês de Pombal⁸, os jesuítas levaram consigo a compreensão da “língua brasílica”, articulada por eles junto aos povos indígenas na tentativa de resgatá-los para a religião do seu deus, verdadeiro e único. Segundo Teixeira,

a sociedade que se implanta na colônia era, assim, uma sociedade arcaica, de cultura oral, anterior à palavra impressa, fundada na escravidão, no patriarcalismo rural e na burocracia colonial, explorada pelo monopólio mercantilista da Metrópole, com uma superestrutura religiosa de culto dos santos, monumentos religiosos e um folclore suntuoso e colorido de festas e dias santos, tudo dominado por um quadro clerical de padres letrados, pregadores e educadores, que lembrariam um corpo de intelectuais (1989).

Na precariedade das condições gerais e educacionais, armadas pelo projeto colonial, cabe lembrar que a população falava os dialetos africanos, as línguas indígenas, o português oral e arcaico e, nas escolas, estudava, falava e lia em latim. Não pode, pois, causar espanto a ausência de um projeto de universidade no período colonial, uma vez que, nem mesmo a metrópole o tinha perfeitamente desenvolvido! Também não poderia causar espanto o conselho dado ao Imperador, “a universidade é uma coisa obsoleta; o país não pode voltar atrás...”

Precisamos passar pelo Império e chegar à República para termos a Universidade que convinha ao país novo. Por isso, o salto no espaço-tempo que levou ao surgimento da universidade no entorno dos anos de 1930, pode bem ter sido gestado no grito forte dos modernistas dos anos 20 do século passado, na sua ânsia por renovação da sociedade atrasada e inculta.

Nessa hipótese, constata-se que passada a agitação, provocada pela Semana de Arte Moderna, numerosos fatos concretos mostraram a preocupação com a educação no País. Em 1924, por exemplo, criou-se ABE (Associação Brasileira de Educação), que apoiou e incentivou as reformas educacionais nos Estados. No ano seguinte, em 1925, a Reforma Rocha Vaz (Dec. 16782) abriu a possibilidade de aglutinação de faculdades, o que poderia ter vindo a facilitar o surgimento da universidade; a nova Lei confirmou e manteve a Universidade do Rio de Janeiro, anteriormente fundada⁹. No próximo ano, em 1926, Fernando de Azevedo publicou, em *O Estado de S. Paulo*, o segundo inquérito sobre a educação brasileira. Este foi profunda e intensamente discutido na Primeira Conferência Nacional de Educação da ABE, em que a Universidade e a pesquisa foram as temáticas centrais.

Antropofagia, primeiras universidades e espírito da época

Pode-se situar no entorno dos anos 30 o surgimento de algumas dentre as maiores universidades do Brasil: Em 1927, funda-se a Universidade de Minas Gerais; em 1931 (Dec. Federal 20272 de 03/08/1931), a Universidade Técnica do

Rio Grande do Sul – reunindo cursos superiores na área da Engenharia e afins, existentes desde o século anterior, que, mais tarde, viriam a constituir a atual Universidade Federal do Rio Grande do Sul, criada em 28 de novembro de 1934; em 1933¹⁰, Anísio Teixeira funda a Universidade do Distrito Federal – mais tarde (1938), “desmontada” pelo Ministro Capanema e transformada em Universidade do Brasil; em 1934 o Estado de São Paulo funda a reconhecida USP, Universidade de São Paulo.

A partir de então, a educação superior se amplia e se diversifica. De tal forma que, no decorrer do curto espaço de mais trinta anos (1930-1960), tínhamos 17 universidades e 338 instituições de Ensino Superior e cerca de 90 mil alunos. Ou seja, a década de 1930 foi definitiva para a implantação e expansão dessas instituições, tanto na esfera pública quanto na privada, constituindo, talvez, as bases de um sonhado futuro para a Educação Superior no país.

É comum encontrar-se na literatura que a Educação Superior deve seu desenvolvimento ao Governo “revolucionário” de Getúlio Vargas. Enquanto este possibilitou as condições materiais e políticas para a criação do sistema universitário, argumentamos que foi o “espírito da época” que marcou o advento da instituição Universidade, a qual, na concepção dos intelectuais de então, nasceria pública e autônoma.

E qual era o “espírito da época”? Usando a metáfora da antropofagia, traduzida em *Abaporu*, por Tarsila do, no *Manifesto Antropofágico* de 1928, pode-se caracterizá-lo como uma retomada das raízes (*Tupy or not tupy, that's the question*), a criação de uma utopia brasileira (“*Contra a realidade social, vestida e opressora (...) a realidade sem complexos*”) e uma alternativa entre o nacionalismo conservador e a cópia dos valores ocidentais (“Nunca fomos catequisados”). Dentre os elementos essenciais deste “espírito”, pode-se, com segurança, falar do internacionalismo *versus* nacionalismo, ou seja, o objetivo de antropofagiar o que existia de bom na cultura européia, mantendo as raízes americanas e brasileiras, adotar as conquistas de vanguarda internacionais com uma busca de expressão nacional, com a criação de uma cultura genuinamente brasileira. Ou seja, o “espírito da época” surgiu com o movimento dos modernistas, sendo portanto estético, mas transformou-se em movimento ideológico, inovador, no sentido de constituir-se em um rompimento com o passado e seus paradigmas acadêmicos e conservadores (Iglésias, 1975; Burns, 1980; Ribeiro, 1986; Gonzaga, 1991; Cattani, 2000; Piza, 2000).



Figura 3

Abaporu, Tarsila do Amaral, 1925. Galeria Presser, Paris.

A respeito do tema, a *Revista de Antropofagia*, 2^a. Dentição, 2^o. Número, de 24 de março de 1929, define esses princípios, em ousados e magistrais legados à posteridade, dos quais, alguns excertos se reproduzem a seguir.

“O desespero europeu, lutas de classes
A exacerbação cristã da idéia antropofágica.
Os homens se comendo em série.”

“O refrão de Lenine ‘pão, paz e liberdade’ não nos interessa. Pão temos.
Liberdade queremos, não a paz. Queremos liberdade para comer a paz.
Com pão.”

“A antropofagia identifica o conflito existente entre o Brasil caraíba, verdadeiro, e o outro que só traz o nome. Porque no Brasil há a distinguir a elite, européia, do povo, brasileiro. Ficamos com este, contra aquela. Em função do

mameluco, do europeu descontente, do bom aventureiro absorvido pelo índio, e contra a catequese, contra a mentalidade reinol, contra a cultura ocidental, contra o governador, contra o escrivão, contra o Santo Ofício. E, assim havemos de construir a nação brasileira.!”

Japy Mirin

Piratininga, ano 375 da deglutição do Bispo Sardinha

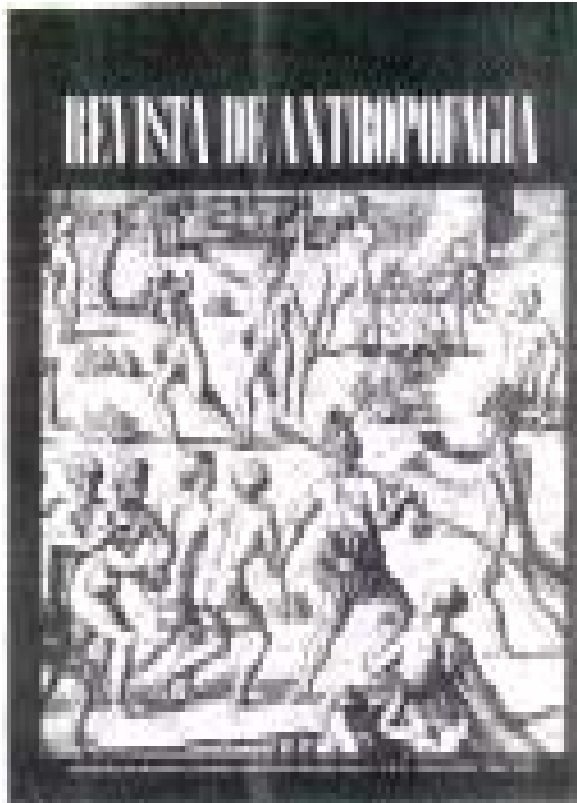


Figura 4

Revista de Antropofagia (Reedição), Revista Literária publicada em São Paulo, 1ª e 2ª
Dentições, 1928, 1929.

Como refere Anísio Teixeira, “Essa década de 20 é, inegavelmente, afinal, um sinal de estar acordando. Não deixa de ser significativo que o despertar seja primeiro um movimento intelectual, de sentido mais literário e artístico do que político e econômico” (1989, p. 100). Não é de estranhar, pois, que com a riqueza de idéias desta década, 26 intelectuais, dentre eles, Anísio Teixeira e Fernando

de Azevedo, tenham assinado em 1932, o Manifesto da Educação Brasileira. O Manifesto dos Pioneiros ressaltava a importância da educação, a necessidade de repensá-la com outros moldes filosóficos, em uma perspectiva social e radical. Para a educação superior, o Manifesto propunha o alargamento dos horizontes científicos e culturais e considerava a pesquisa, a ciência, como o centro nervoso de toda universidade, o qual se abasteceria de um caráter humanístico, buscado no ensino da Filosofia.

Observa-se que, na fundação das grandes universidades, prevaleceu o espírito antropofágico de internacionalismo com nacionalismo. Tomando o exemplo da Universidade Técnica de Porto Alegre (1931), encontram-se onze institutos de ensino e pesquisa com assistência à comunidade, especialmente ao meio rural, fator econômico central no período, e ao meio industrial, em desenvolvimento. Os cursos profissionais nas áreas agrárias e das engenharias contaram com professores enviados para se especializar no exterior, recebendo pesquisadores e professores dos Estados Unidos, Japão, Inglaterra, França, Itália e Alemanha. Como mostram Soares e Silva, discordando de Fernando de Azevedo, mas destacando o “espírito da época”:

Quando, finalmente, surgiu a universidade brasileira, (...) a Escola de Engenharia de Porto Alegre era, pois, uma universidade, contendo quase um quarto de século de serviços ao ensino técnico em todos os níveis, nas áreas mais convenientes ao nosso desenvolvimento e sobretudo notável pela sua orientação social, dedicada à pesquisa científica, à extensão comunitária e ao aprendizado profissional. Não se pode obscurecer o sentido desta herança na constituição da Universidade atual¹¹ (Soares e Silva, 1992, p. 32).

A história de criação da USP, no estado locomotiva do país, mostra uma aproximação às idéias modernistas, sob o ponto de vista da questão cultural. Segundo Fernando de Azevedo, ela é

a primeira instituição, em que se verteu, no Brasil, a caudal de inquietação que os homens possuem em face da natureza, da vida e de seus problemas(...), da convicção de que os homens de responsabilidade cultural devem ser despertados interiormente para a especulação, a pesquisa e o método experimental ou, em outras palavras, para viver da verdade e da sua investigação (Azevedo, 1976, p.187).

A Universidade de São Paulo percorreu o mesmo caminho da UFRGS – buscou na Europa–França, Itália e Alemanha, seus primeiros pesquisadores e investigadores. Formada pela reunião das existentes Faculdade de Direito, Medicina e Escola Politécnica, teve como centro nucleador, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Reportando-nos ao tempo histórico vemos que a erupção da modernidade no Brasil, com o Movimento dos Modernistas, teve repercussões culturais e

educacionais muito amplas. Dentre elas, destaca-se a criação das universidades, dentro de novos moldes. Muitas questões sobre este tema ficam em aberto. Sobretudo, aquelas que dizem respeito à idéia e aos modelos de universidade que se seguiram àquelas primeiras grandes instituições fundadas no entorno dos anos 30 do século passado. Relembrar esse passado, a partir dessas rápidas digressões sobre o Movimento Modernista, o espírito de época e a gênese da universidade no Brasil, como fato ainda recente, mas já distante de nossos agitados dias, faz-nos perguntar:

Será que conseguimos implantar e manter no Brasil, um modelo de Universidade que fala com o mundo estando enraizada na cultura do País? Um projeto educativo que guarde a especificidade do regional, da diferença entre culturas, enquanto percorre todas as fronteiras do conhecimento universal? Será que a inspiração “tupiniquim” e “antropofágica” herdada dos primeiros modernistas, irá avançar em direção às reformas, transformações e inovações que o novo século demanda?

Notas

1. As idéias desenvolvidas neste trabalho surgiram da discussão, do apoio e revisão de muitos colaboradores. As autoras agradecem, em especial, a contribuição de Homero Dewes, Icléa Cattani, Analice Dutra Pillar e de Sílvia Maria Rocha.
2. *Movimento Anarquista* – movimento dos imigrantes espanhóis, italianos e portugueses, contra o Estado e o autoritarismo político; pregava a cooperação e o fim das injustiças sociais; teve maior expressão em São Paulo e no Rio de Janeiro; em 1917 os anarquistas lideraram a primeira greve operária em São Paulo. *Movimento Tenentista* – movimento civilista (1922-1934) de jovens militares em conflito com as patentes superiores, cujo objetivo era a moralização do governo e a democratização do País; em 1922 ocorrem três revoltas tenentistas (Vila Militar, Realengo e Forte de Copacabana); os militares expulsos das forças armadas desenvolveram carreira política com tendências tanto à direita quanto à esquerda. Derivou deste movimento a *Coluna Prestes* que, com 1600 homens armados, comandados por Luiz Carlos Prestes, líder do partido comunista, percorreu o País, partindo do Rio Grande do Sul.
3. Na Europa, a data que marca o surgimento da Arte Moderna é o ano de 1905, quando se dá a aparição dos fauvistas, cubistas e expressionistas, segundo Gaudibert (1991, p. 20). Modernista para o autor indica um esforço voluntarista para abrigar a modernidade. É uma palavra criada por Ruben Dario, em 1888, para designar um movimento literário na América Latina e apropriada pelas artes plásticas nos anos 20. Como conceito designa a modernidade do subdesenvolvimento, enquadrada entre os olhares da modernidade européia e as resistências da identidade nacional. Gaudibert adverte que este sentido poderia criar “sentimentos de inferioridade em autores do Terceiro Mundo”.
4. Entre os pré-modernistas na literatura, encontram-se Euclides da Cunha (*Os sertões*), Graça Aranha (*Canaã*), Lima Barreto (*Triste fim de Policarpo Quaresma*), Monteiro Lobato (*Urupês*), Simões Lopes Neto (*Contos Gauchescos e Lendas do Sul*) e Augusto dos Anjos (*Eu*).

5. Universidade de Manaus: 1909-1926; Universidade de São Paulo: 1911-1917; Universidade do Paraná: 1912-1915.
6. Segundo o Anuário Estatístico do Brasil (IBGE, 1927-1940), no Rio de Janeiro, em 1907, tínhamos 5975 alunos matriculados em 25 IES; em 1912, 8879 alunos matriculados em 30 IES e, em 1930, 24166 alunos. As matrículas perfaziam 0,05% da população do País.
7. Na América Espanhola, no início da colonização, várias universidades foram criadas. Em 1538 foi fundada a Universidade de Santo Domingo; em 1551 a Universidade do México; em 1553 a Universidade de São Marcos, na cidade de Lima, Peru; em 1580, a Universidade de Santa Fé em Bogotá, de Quito em 1586 e de Charcas em 1587. Essas universidades ofereciam cursos de Leis e de Teologia para formação do clero e para a catequese dos gentios, seguindo orientação medieval (Soares e Silva, 1992).
8. Reformas pombalinas – reformas modernizadoras do estado português, introduzidas pelo Marquês De Pombal, nomeado Ministro em 1750, reinado de D. José I. Criou a cota fixa de tributação do ouro brasileiro e incentivou o plantio de algodão e arroz. Pelas leis de 1755 e 1758 decretou a liberdade dos indígenas. Em conflito com a Companhia de Jesus por este motivo, expulsou cerca de 600 jesuítas do País em 1759.
9. A Universidade do Rio de Janeiro teria sido a primeira universidade brasileira. Reunia três faculdades isoladas, tendo sido estabelecida pelo Decreto No.14.343, de 07 de setembro de 1920. Foi reorganizada por força do Decreto No.19.852 de 11 de abril de 1931 (Fávero,1980).
10. Para Fávero (1980) a data de criação é 1935.
11. A orientação social da Universidade fundada em 1934, cujas origens remontam ao século anterior, pode ser percebida no Ensino Ambulante de Agricultura que, “com orientação de técnicos europeus dispunha de vagões da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, especialmente adaptados, com cinema, livros, mostruário de máquinas e implementos agrícolas, sementes, adubos, além de reprodutores de várias raças de animais domésticos para realizar coberturas, anotados no Registro Genealógico dos Rebanhos” (Soares e Silva, 1992). A orientação científica pode ser percebida na atividade do Instituto Borges de Medeiros, que fazia ensino de Agronomia e Veterinária e enviava técnicos à Europa para se especializarem e aqui produzirem as primeiras vacinas brasileiras para doenças animais.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Oswald. *Manifesto Antropófago. Revista de Antropofagia. 1ª. e 2ª. Dentições, 1928-1929.* Reedição. São Paulo, 1976.
- ANDRADE, Mário. *O movimento Modernista (1942).* In: *Aspectos da Literatura Brasileira.* São Paulo: Livraria Martins Editora, 1967.

- AZEVEDO, Fernando. *As universidades do mundo futuro*. Rio de Janeiro. Editora CEB, 1944.
- _____. *A transmissão da cultura*. São Paulo: Ed. Melhoramentos/INEP/MEC, 1976.
- BURNS, E. Bradford. *A history of Brazil*. 2nd. Ed. New York: Columbia University Press, 1980.
- FÁVERO, Maria de Lourdes. *Universidade & Poder*. Análise crítica/ fundamentos históricos 1930-45. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.
- GAUDIBERT, Pierre. *Moderne, Modernité, Modernismo, Contemporaneité et Post-Moderne*. In: Brites, B; Cattani, I. E Kern, M. (Orgs.) *Modernidade*. IV Congresso Brasileiro da Arte CBHA, Porto Alegre: UFRGS, 1991.
- GONZAGA, Sergius. *Manual de Literatura Brasileira* 8^a. Ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1991.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Modernismo: uma Reverificação da Inteligência Nacional*. In: ÁVILA, Afonso *O modernismo*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1975.
- LEITE, D. et alii. *Universidade e Ensino de Graduação*. Memória e caracterização na UFRGS e na UFPEL. 2^aed. Pelotas: EdUFPEL, 1997.
- PIZA, Daniel. *O Pêndulo da Produção Cultural*. GAZETA MERCANTIL, Edição Especial de 80 anos. Segunda-feira, 3 de abril de 2000.
- RIBEIRO, Darcy. *Aos trancos e barrancos*. Como o Brasil deu no que deu. 2^a. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- SILVEIRA, Maria José. *A evolução da concepção de universidade no Brasil*. In: TUBINO, Manoel José (Org.) *A Universidade Ontem e Hoje*. São Paulo: Ibrasa, 1984.
- SILVA, Pery Pinto Diniz e SOARES, Mozart. *Pereira Memória da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: 1934-1964*. Porto alegre: UFRGS, 1992.
- TEIXEIRA, Anísio. *Ensino Superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1989.
- _____. *A Universidade de ontem e de hoje*. *Ciência e cultura*. Revista da SBPC, São Paulo, Vol. 17, No. 2, Jun, 1965, p. 339-355.

Fonte documental – Entrevista

- CATTANI, Icléa. *Entrevista: Movimento Modernista no Brasil*. Realizada por Denise Leite, em Porto Alegre, 15 de junho de 2000.

Bibliografia Consultada

- AMARAL, Aracy. *Artes Plásticas na Semana de 22*. São Paulo, Ed. Perspectiva e USP, 1972.
- FABRIS, Annateresa (Org). *Modernidade e Modernismo no Brasil*. Campinas: Mercado de Letras, 1994.

FERNANDES, Florestan. *Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução?* São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.

GRACIANI, Maria Stella dos Santos. *O Ensino Superior no Brasil: a estrutura de poder na universidade em questão*. Petrópolis, RJ, Ed. Vozes, 1982.

KLAXON. *Mensário de Arte Moderna*. Reedição. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1976.

LEITE, Denise. *O estudante e a Universidade Brasileira*. Cap. III *Aprendizagem e Consciência Social na Universidade*. Porto Alegre, UFRGS, 1990. (Tese)

Denise Leite Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS e pesquisadora do CNPq.

Endereço para correspondência:

deniseleite@ufrgs.br

Wrana Maria Panizzi é professora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Faculdade de Arquitetura da UFRGS e pesquisadora CNPq.

wrana@terra.com.br